



## Editorial

CLAUDIA TIRELLI E LETÍCIA MARIA SCHABBACH

*Editoras do Dossiê Políticas Públicas e Território: atores, redes e arranjos institucionais*

ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA E ÂNGELA CRISTINA TREVISAN FELIPPI

*Editores da REDES*

Desde meados da década de 2000 vislumbra-se no Brasil uma profusão de estudos que envolvem as políticas públicas, abrangendo a inserção na agenda, a implementação e a avaliação dos resultados alcançados por programas e projetos públicos, tanto no âmbito federal quanto nas esferas subnacionais. Neste percurso, pesquisadores das mais diversas áreas científicas e utilizando diferentes metodologias têm procurado dar conta do desafio proposto por Thomas Dye em seu livro “The policy analysis” de 1992, qual seja, “descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz” no contexto social em que as ações são produzidas e implementadas.

Dentro desta área temática, muitos trabalhos têm buscado elucidar os fatores que intervêm na efetividade das políticas públicas nos distintos territórios, demonstrando como os mesmos programas e projetos são implementados de forma diversa nesses espaços, os quais passam a assumir um caráter ativo na conformação da política e nos seus resultados. Esta questão está presente nas análises que objetivam compreender como se constituem os diferentes arranjos institucionais nos territórios investigados (com caráter mais ou menos participativo), quais os padrões de relação estabelecidos entre os atores sociais nos diversos subsistemas de políticas públicas e os efeitos que os espaços participativos têm propiciado aos segmentos sociais tradicionalmente excluídos dos processos de formulação e de implementação das políticas públicas na sociedade brasileira.

A fim de contribuir com esse debate, o Dossiê que ora se apresenta associa a temática das políticas públicas com a questão do território, por meio de uma série de artigos que analisam ações voltadas ao desenvolvimento territorial, tanto em nível regional quanto municipal. Os temas destacados são: territórios rurais, governança em redes de cooperação para a promoção do biodiesel, políticas locais de

inovação, redes de financiamento eleitoral, consórcios intermunicipais para o desenvolvimento da educação, endividamento público estadual e gestão participativa entre agricultores familiares.

Os autores que colaboraram com esta edição são pesquisadores reconhecidos e com vasta produção dentro do campo de públicas no Brasil (que reúne, principalmente, as áreas de Administração Pública, Gestão Pública, Gestão Social, Gestão de Políticas Públicas e Políticas Públicas), portanto, os capítulos permitirão ao leitor visualizar um panorama das questões relevantes da atual agenda de pesquisa sobre políticas públicas e suas implicações territoriais.

Será possível perceber, ainda, que as perspectivas teórico-analíticas desenvolvidas neste Dossiê são múltiplas e as metodologias utilizadas abrangem diferentes estratégias de levantamento e interpretação dos dados, com destaque para análise de redes, estudo de caso, pesquisa de campo qualitativa, e tratamento estatístico – descritivo e multivariado - de dados secundários.

O Dossiê inicia com cinco artigos que incorporam a perspectiva territorial na análise de políticas públicas específicas. O primeiro deles, intitulado **“Inovações Institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros”**, de autoria de **Arilson Favareto e Gabriela Lotta**, busca identificar e avaliar os efeitos das inovações realizadas em políticas de desenvolvimento territorial nos estados da Bahia, Santa Catarina e Piauí, discutindo de que forma a espacialização de instrumentos, políticas e programas estaduais têm contribuído para a superação dos desafios interpostos para a coordenação de políticas públicas de caráter territorial. A partir da aplicação de um modelo analítico, os autores buscaram compreender os arranjos institucionais de implementação dessas políticas com relação às formas de integração que adotaram, a saber: i) integração horizontal entre as políticas intersetoriais no âmbito dos governos; ii) integração vertical entre diferentes níveis de governo; iii) integração entre Estado, sociedade e mercado, e, por fim, iv) integração entre a política e a vida social e econômica local.

Intitulado **“Inovação no associativismo territorial no Brasil: os arranjos de desenvolvimento da educação”**, o artigo de **Eduardo José Grin e Fernando Luiz Abrucio** analisa dois casos de consorciamento intermunicipal voltados à área da educação, os Arranjos de Educação do Corredor da Vale (Maranhão) e da Chapada Diamantina (Bahia). O objetivo do trabalho, realizado a partir do levantamento de dados secundários e entrevistas com os gestores municipais e estaduais envolvidos nos dois casos, consistiu em verificar de que forma esses arranjos produziram efeitos distintos na governança territorial da educação, tomada como a variável dependente.

O artigo de **Joana Vaz de Moura, Ivaldo Moreira e Sandra Gomes** - **“Gestão participativa territorial como parte de arranjos institucionais indutores da efetividade: um estudo de caso de dois colegiados territoriais”**, apresenta e discute os resultados de uma política pública territorial voltada a promover o fortalecimento dos atores locais e o seu acesso aos direitos de

cidadania. Tomando a participação como um dos elementos centrais para a produção da inovação, da legitimidade, do baixo conflito social e da efetividade dos programas estatais, o estudo analisa como tem ocorrido a participação dos atores locais no Território Mato Grande/RN e no Território Portal da Amazônia/MT. Com base nas observações desses dois arranjos institucionais, os autores identificaram diversos gargalos que têm impedido que ocorra uma participação mais efetiva dos distintos atores sociais nesses espaços.

A caracterização do padrão de desenvolvimento do território é o objetivo do artigo **“Uma leitura da política territorial a partir do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) e do Índice de Condições de Vida (ICV) no Território Rural Lençóis Maranhenses/Munim”**, de autoria de **Itaan de Jesus Pastor Santos, José Sampaio Mattos Júnior e Carlos Augusto de Oliveira Furtado**. A partir de dados secundários procedentes do Censo Agropecuário (2006) e do Censo Demográfico (2010), ambos do IBGE, dos dados do Índice de Desenvolvimento Municipal, do IMESC, e do Índice de Condições de Vida, da SDT/MDA, os autores construíram uma caracterização dos vários municípios que compõem o Território investigado. Segundo o estudo, o desenvolvimento do território é determinado pelas características socioeconômicas dos municípios que o compõem, as quais, por sua vez, são condicionadas pela realidade socioeconômica do próprio estado e da microrregião.

O artigo **“O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Sudoeste de Goiás: experiências e desafios das políticas de desenvolvimento rural”**, de **Divina Aparecida Leonel Lunas, Hamilton Matos Cardoso Júnior e Camila Vito Silva de Lima**, apresenta os resultados referentes à implantação de um Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial no Sudoeste Goiano, a partir do seu início no ano de 2015. O objetivo consiste em compreender o papel desses núcleos como estratégia das políticas federais voltadas ao desenvolvimento rural, destacando os seus avanços, desafios e perspectivas.

O artigo de **Rodrigo Rossi Horochovski, Ivan Jairo Junckes, Tainá Reis Serafim e Pedro Bastos Neto**, intitulado **“Redes de financiamento eleitoral e grupos de capital na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados”**, analisa, por intermédio do *software* Gephi, as redes de financiamento eleitoral dos deputados federais integrantes da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, entre 2011 e 2014. Os autores concluíram que tais redes são coesas e apresentam uma estrutura de nós que interligam doadores compartilhados. Desta forma, dentro daquela Comissão identificaram-se comunidades articuladas, que orbitam em torno de uma identidade partidária ou de interesses em comum.

A produção de biodiesel é o tema estudado por **Maria Elena Leon Olave, Vitor Hugo da Silva Vaz e Osiris Ashton Vital Brasil**, no artigo **“Análise do desenvolvimento de organizações públicas a partir da governança de uma rede de cooperação para a produção de biodiesel em Sergipe”**. Por meio de estudo de caso foi aplicado o conceito de governança à cadeia de produção da “Rede Biodiesel Sergipe”, identificando-se diferentes contribuições para cada

organização pública federal participante: geração de negócios e captação de clientes para a instituição bancária; constituição de grupos de pesquisa e captação de novos pesquisadores para a instituição universitária; desenvolvimento de pesquisas para a instituição de pesquisa rural; e geração de novos negócios e atuação dentro de um novo escopo para a empresa produtora de energia.

O artigo **“Dívida pública estadual e contradições federativas: análise dos casos dos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso no período de 2000-2012”**, de autoria de **José Raimundo Trindade, Rodrigo Portugal da Costa e Pedro Henrique Brandão**, examina, por meio de indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal, o padrão de endividamento e as condições de investimento previstas nos orçamentos dos três maiores estados da Amazônia Legal, entre os anos 2000 e 2012. Ao final da pesquisa foi constatado que, embora as três unidades federativas dependam de recursos federais, as diferenças econômicas regionais e a forma com que cada estado se enquadrou na Lei de Responsabilidade Fiscal fizeram com que Pará e Mato Grosso fossem mais afetados pelos termos de renegociação das dívidas; não obstante isto, o estado do Pará apresentou maior volume de investimentos em relação a Mato Grosso e Amazonas.

Verificar a estrutura e a dinâmica das intervenções governamentais voltadas ao desenvolvimento local em Porto Alegre/RS é o objetivo do artigo de **Luciana Leite Lima e Luciano D’Ascenzi**, sob o título **“Formulação e implementação da política pública de desenvolvimento local em Porto Alegre”**. Baseada no conceito de desenvolvimento endógeno, a pesquisa abrangeu o Gabinete de Inovação e Tecnologia, estrutura criada pela prefeitura municipal para fomentar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico naquele município. Os autores concluíram que as políticas públicas específicas apresentaram resultados limitados, embora fossem orientadas, no plano normativo, por uma concepção multidimensional de desenvolvimento.

### **Seção de artigos gerais**

**Flávia Luciana Scherer, Maríndia Brachak e Carolina Ghisleri Bregolin**, no artigo **“O impacto da Portaria MPS nº 440/2013 na transparência dos regimes próprios: um estudo de caso no Fundo de Previdência Municipal – FUNDOPREVI”**, examinam se a gestão do Fundo de Previdência do município de Guaporé/RS enquadrou-se nas novas exigências da portaria que prescreve a transparência nos regimes próprios previdenciários. Com a aplicação de um questionário ao gestor municipal, o estudo concluiu que o FUNDOPREVI daquele município apresenta uma gestão adequada quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial, porém, foram identificadas irregularidades no quesito transparência.

O artigo **“Motivações e acesso aos canais de comercialização pelos agricultores familiares orgânicos da Região da Serra Gaúcha”**, de **Glauco Schultz, Willian Fontanive Jandrey e Marcelino de Souza**, busca conhecer as motivações que influenciaram os agricultores a acessarem diferentes canais de

comercialização para os seus produtos orgânicos. O estudo baseou-se em um levantamento de dados realizado junto à uma amostra de 49 agricultores que comercializavam seus produtos em feiras e supermercados. Os autores ressaltam, como resultado do estudo, a importância da formação de associações para o acesso aos distintos canais de comercialização.

**Lucimar Santiago de Abreu e Elaine Caliman Sposito**, analisam, no seu artigo **“Diversidade da produção familiar e da comercialização de produtos orgânicos de Vitória (ES)”** como e em que condições o mercado valoriza a produção local, fortalece a produção familiar ecológica e a soberania alimentar. Segundo as autoras, a investigação empírica apontou que a comercialização de produtos orgânicos ocorre por vendas diretas e indiretas, mas que são as feiras livres de produtos orgânicos que apresentam a maior diversidade de produtos e menor preço, propiciando o acesso dos consumidores locais à alimentação saudável e viabilizando a produção familiar de orgânicos.

Com o objetivo de caracterizar o cenário da produção orgânica no Estado do Mato Grosso do Sul, identificando as dificuldades desse segmento e possíveis soluções para amenizar os seus problemas, o artigo **“Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul”**, de **Milton Parron Padovan, Juliana Benites Padua Gomes e Denise Soares da Silva Padovan**, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em 2012 e 2013 com 101 produtores orgânicos de 22 municípios do estado. A partir de entrevistas com os produtores, os autores verificaram que os principais problemas referem-se à falta de recursos financeiros para investimento e às dificuldades no controle de pragas e doenças. Como possíveis soluções para esses problemas, os agricultores apontaram a necessidade de promover o fortalecimento da sua organização enquanto produtores de orgânicos e de contar com uma assistência técnica de qualidade.

O último artigo da Revista, intitulado **“Dinâmicas regionais de desenvolvimento, trabalho e organização dos mercados urbanos de trabalho: uma análise a partir de cidades médias do Rio Grande do Sul”**, de autoria de **Marco André Cadoná**, analisa as repercussões das dinâmicas regionais de desenvolvimento sobre a organização dos mercados urbanos de trabalho em cidades médias sul-rio-grandenses, destacando os padrões de inserção (emprego e desemprego), a distribuição dos postos de trabalho nos diferentes setores econômicos, o tipo de qualificação profissional exigida e a remuneração dos trabalhadores.

Boa leitura!

**Claudia Tirelli e Letícia Maria Schabbach** - Editoras do Dossiê *Políticas Públicas e Território: atores, redes e arranjos institucionais*

**Rogério Leandro Lima da Silveira e Ângela Cristina Trevisan Felippi** - Editores da REDES